

# COM MINHA MÃE EM CAMPO: VALORIZANDO A PRODUÇÃO ANTROPOLÓGICA COLABORATIVA<sup>1</sup>

JOSÉ ROLFRAN SOUZA TAVARES<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo apresenta uma das estratégias metodológicas aplicadas na dissertação do autor, nela o antropólogo convidou sua mãe para ajudar no trabalho de campo. Essa fase da pesquisa ocorreu no período das restrições de circulação impostas pela pandemia da Covid-19, realizadas com o objetivo de diminuir as contaminações por coronavírus. Esse contexto impulsionou o pesquisador a limitar o contato com as sujeitos com quem trabalharia à apenas as que eram de sua vizinhança. No estudo, o interesse era compreender as noções de segurança pública delas e suas articulações para salvaguardar os filhos. Levando em consideração que esse assunto poderia gerar desconforto emocional nas entrevistadas, o pesquisador inseriu uma pessoa que considerava legitimada para mediar contatos dessa natureza na região: sua mãe. O trabalho de campo mostrou que a produção antropológica tem maior potencial quando valoriza tudo o que pode ser produzido colaborativamente<sup>3</sup>.

## PALAVRAS-CHAVE

Trabalho de campo; Metodologia; Estratégias; Antropologia.

## *WITH MY MOTHER IN THE FIELD: VALUEING COLABORATIVE ANTHROPOLOGICAL PRODUCTION*

## ABSTRACT

This article presents one of the methodological strategies applied in the author's dissertation, in which the anthropologist invited his mother to help with the fieldwork. This phase of the research took place during the period of movement restrictions imposed by the Covid-19 pandemic, implemented with the aim of reducing coronavirus contamination. This context led the researcher to limit contact with the subjects he would work with to only those who were from his neighborhood. The study's interest was to understand their notions of public safety and their efforts to safeguard their children. Taking into account that this subject could cause emotional discomfort in the interviewees, the researcher included a person he considered legitimate to mediate contacts of this nature in the region: his mother. The fieldwork showed that anthropological production has greater potential when it values everything that can be produced collaboratively.

## KEYWORDS

Fieldwork; Methodology; Strategies; Anthropology.

## *AVEC MA MÈRE SUR LE TERRAIN: VALORISER LA PRODUCTION ANTHROPOLOGIQUE COLLABORATIVE*

## RÉSUMÉ

Cet article présente l'une des stratégies méthodologiques appliquées dans la thèse de l'auteur, dans laquelle l'anthropologue a invité sa mère à l'aider dans le travail de terrain. Cette phase de recherche s'est déroulée pendant la période de restrictions de déplacements imposées par la pandémie de Covid-19, réalisées dans le but

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

<sup>2</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: [srolfran@hotmail.com](mailto:srolfran@hotmail.com).

<sup>3</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Antropología, ocorrido em março de 2024.

de réduire la contamination au coronavirus. Ce contexte a incité le chercheur à limiter les contacts avec les sujets avec lesquels il travaillerait à ceux originaires de son quartier. Dans l'étude, l'intérêt était de comprendre leurs notions de sécurité publique et leurs articulations pour protéger leurs enfants. Tenant compte du fait que cette question pouvait générer un malaise émotionnel chez les personnes interrogées, le chercheur a inclus une personne qu'il considérait comme légitime pour arbitrer des contacts de cette nature dans la région : sa mère. Les travaux de terrain ont montré que la production anthropologique a un plus grand potentiel lorsqu'elle valorise tout ce qui peut être produit en collaboration.

### MOTS-CLÉS

Travail de terrain; Méthodologie; Stratégies; Anthropologie.

### *CON MI MADRE EN EL CAMPO: VALORANDO LA PRODUCCIÓN ANTROPOLÓGICA COLABORATIVA*

### RESUMEN

Este artículo presenta una de las estrategias metodológicas aplicadas en la disertación del autor, en la que el antropólogo invitó a su madre a ayudar con el trabajo de campo. Esta fase de la investigación se desarrolló durante el período de restricciones de movimiento impuestas por la pandemia de Covid-19, realizada con el objetivo de reducir la contaminación por coronavirus. Este contexto animó al investigador a limitar el contacto con los sujetos con los que trabajaría sólo a aquellos que eran de su barrio. En el estudio, el interés fue comprender sus nociones de seguridad pública y sus articulaciones para salvaguardar a sus hijos. Teniendo en cuenta que este tema podría generar malestar emocional en los entrevistados, el investigador incluyó a una persona que consideró legítima para mediar contactos de esa naturaleza en la región: su madre. El trabajo de campo demostró que la producción antropológica tiene mayor potencial cuando valora todo lo que se puede producir de manera colaborativa.

### PALABRAS CLAVE

Trabajo de campo; Metodología; Estrategias; Antropología.

## INTRODUÇÃO

A carga emocional que suporto para descrever as experiências aqui relatadas é tão densa que me fez adiar a escrita deste texto por anos. Isso porque trazê-las significa falar sobre a maneira confortável que encontrei para contribuir com a ciência, mais especificamente com a antropologia, área à qual dedico minha produção acadêmica. Chegar a esse ponto me custou um longo período de dedicação para compreender quem quero ser ao usar minha energia vital na produção de um trabalho, o que só foi possível graças às boas referências que tenho em diversos grupos dos quais faço parte, inclusive minha família.

Este artigo é um dos meus primeiros esforços para apresentar um conjunto de estratégias metodológicas que apliquei em minha dissertação (Tavares, 2021), desenvolvidas para fazer uma aproximação agradável e comprometida com as mulheres com quem trabalhei. Elas eram sujeitos que maternavam jovens negros e tiveram um de seus tutelados assassinados, todas residentes na área de bairros periféricos onde também moro, que fica localizada na cidade de Parnamirim, região metropolitana de Natal, Rio Grande do Norte.

No trabalho desenvolvido durante o mestrado (Tavares, 2021), meu interesse foi compreender as noções de segurança pública das mães dos jovens assassinados e suas articulações para salvaguardar os filhos<sup>4</sup>. Eu imaginava que provocar o diálogo sobre esse assunto poderia gerar certos desconfortos emocionais em minhas colaboradoras, pois estaria as convidando para compartilhar experiências de perda de um parente que estava sob seus cuidados e as levando a refletir sobre a possibilidade de algo semelhante ocorrer com os demais na mesma situação. Meu imperativo ético, então, era como conduzir minha pesquisa sem inflamar possíveis sofrimentos. Compreendi que uma das alternativas seria permitir que alguém legitimada para acessar determinados conteúdos das vivências delas pudesse mediar nossos contatos, já que minhas reflexões sobre as dinâmicas socioculturais locais me levavam a crer que, incluindo alguém que oferecia uma escuta previamente considerada empática, provavelmente isso faria de nossos encontros um momento de acolhimento. Essas considerações me impulsionaram a convidar minha mãe, Francisca<sup>5</sup>, a compor o trabalho de campo, visto que ela já maternava jovens negros nessa localidade há mais de uma década, além de participar de comunidades religiosas das quais algumas dessas mulheres também faziam parte, encontrando-as frequentemente em espaços ou instituições onde buscavam

---

<sup>4</sup> A pesquisa ocorreu entre os anos de 2019 e 2021.

<sup>5</sup> No período em que a pesquisa foi produzida, Francisca tinha 54 anos e se autodeclarava como uma “negra diferente”, o que compreendi como sendo uma noção que era clara demais para ser aceita no que se convencionou entender como negra no contexto potiguar e escura demais na família dela para ser considerada branca. À época, ela era evangélica e agricultora, mas tinha se afastado há alguns anos das suas funções laborais por problemas cardíacos. Além disso, estava próxima de atingir a idade requerida para solicitar aposentadoria.

atendimento para si e seus familiares, momentos nos quais elas já haviam dialogado sobre as temáticas com as quais trabalhei.

Apesar de, na época da produção da dissertação, não ter conseguido relacionar essa estratégia metodológica com os apontamentos de Hill Collins (2016), hoje noto o quanto a reflexão dessa intelectual sobre a sociologia praticada por mulheres negras estadunidenses foi pertinente para que eu pudesse pensar em maneiras de fazer antropologia, considerando as potencialidades que carrego em minha vivência tanto na academia quanto fora dela. O convite para minha mãe me auxiliar em campo é fruto dessa junção. No trabalho citado, Collins discorre sobre como pesquisadoras com uma trajetória de inserção em espaços não acadêmicos, às quais ela atribui o termo “*outsider*”<sup>6</sup>, podem contribuir para a sociologia ao se inserirem no campo de signos considerando as particularidades que trazem, tornando-se “*outsider within*”<sup>7</sup>. São sujeitos que, em esforços criativos de elaborações complementares, escolhem relacionar universos sociais que, no Ocidente, são vistos como contraditórios, em vez de amputar uma das partes, iniciativa que permite a construção de alternativas para produção de uma ciência mais inclusiva e acessível, visibilizando, conseqüentemente, a diversidade sociológica. Segundo Hill Collins (2016), “a abordagem sugerida pelas experiências das *outsiders within* é de que os intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento” (p. 123).

Apesar de comumente as(os) comentadoras(es) da minha dissertação ou dos artigos derivados dela frequentemente destacarem certa inovação devido Francisca ter feito campo comigo, através da bibliografia que consultei, sabia que a inclusão de familiares em pesquisas nas ciências sociais já vinha ocorrendo há algum tempo. Um exemplo disso é o livro de Luiz Duarte e Edlaine Gomes (2008), onde, antes de apresentarem o trabalho em que seus familiares fazem parte da pesquisa, ele e ela defendem a possibilidade de atuação conjunta com parentes e/ou a análise do próprio contexto familiar da(o) cientista social. O autor e a autora citam dois nomes consolidados na área — Pierre Bourdieu e Lila Abu-Lughod — que também admitiram contar com a ajuda de parentes em suas pesquisas de campo (Duarte; Gomes, 2008, p. 34). Sempre que tenho a oportunidade de apresentar esse aspecto de minha produção para uma audiência mais ampla de antropólogas(os), frequentemente há alguém que realizou, realiza ou pretende realizar algo semelhante<sup>8</sup>. No entanto, muitas

---

<sup>6</sup> Em tradução livre, “De fora”.

<sup>7</sup> Em tradução livre, “De fora dentro”.

<sup>8</sup> No processo editorial deste artigo na revista Mundaú, um parecerista me informou dos trabalhos de Ana Clara Damásio (2021a; 2021b) e Rafaela Rodrigues de Paula (2024), que fizeram pesquisas com parentes em um período próximo do meu. Articular o movimento contemporâneo de produção antropológica no Brasil em que pesquisadoras(es) realizam seus trabalhos junto a sua parentela é um desafio teórico que requer uma pesquisa do estado da arte aprofundada e uma análise cuidadosa. Apesar de, neste artigo, não conseguir dar conta de tal tarefa, ele é um trabalho que

deses pesquisadores relatam sentir-se desencorajados a adotar tal estratégia, muitas vezes por temerem que isso prejudique o rigor exigido na produção de conhecimento científico. Também tive essa aflição, mas ela foi superada tanto pelo apoio dado por minha orientadora, Angela Facundo, e pelas bancas avaliadoras da dissertação, quanto pela reflexão que desenvolvi ao articular as críticas de James Clifford (2002) e Lila Abu-Lughod (2018) à produção antropológica. Embora seus textos sejam confrontativos, percebi a possibilidade de usar suas proposições de forma complementar.

Ao propor a construção de textos polifônicos (nos quais uma pluralidade de vozes, nem sempre consonantes, são textualizadas), Clifford (2002) discutiu o uso do material etnográfico feito por Victor Turner, pois, em sua leitura, mesmo trazendo elementos inovadores, Turner empobreceu as falas de seus principais colegas de campo, Muchona e Windson. Esse empobrecimento ocorreu para manter a coerência e, com isso, a autoridade etnográfica, visto que Turner concentrou sua narrativa em Muchona que era quem mais se aproximava de sua posição (Clifford, 2002, p. 51–54). Com esse apontamento, Clifford me mostrou como é necessário vocalizar as colaborações em campo, principalmente a de minha mãe, Francisca. Como veremos ao longo do texto, muitas vezes ela conduziu a pesquisa por temas e lugares que eu não esperava. Com isso, quero ressaltar que anular sua existência ou rebaixar sua contribuição ao textualizar minha pesquisa seria desonesto e prejudicial para a produção de conhecimento científico e antropológico.

Para atingir essa compreensão, também considerei os apontamentos de Abu-Lughod (2018) quando afirma que a antropologia no Ocidente se baseia no entendimento do outro como distinto do pesquisador, por meio de realces das diferenças que produzem generalizações e exotizações. Nesse sentido, Abu-Lughod indica que a produção científica deve se fundamentar em atitudes que contribuam para produções que não essencializem as relações dos grupos estudados. Estar com minha mãe em campo foi uma maneira de estranhar meu cotidiano sem perder os componentes que me geram identificação com meu trabalho e os vínculos previamente estabelecidos. Com isso, almejei fazer antropologia valorizando o potencial do comum e do acessível, para poder localizar, de forma singela, as singularidades do que era pesquisado, sem torná-lo distante da(o) leitora(o). Como se verá nos próximos trechos, isso exigia vários critérios, pois fazer ciência com informações tão rotineiras demandava certa objetividade para estabelecer os limites do que e como acessaria as informações que julgava pertinentes para a dissertação, além de necessitar estar sempre sensível para fazer autocríticas sobre minhas possibilidades de atuação junto à minha vizinhança e familiares — em especial, Francisca.

---

contribui para o acervo de produções que relatam e refletem sobre o que está sendo produzido nas duas últimas décadas (2010–2020) nos estudos antropológicos no Brasil com as(os) familiares.

## FAZER ANTROPOLOGIA NA COLABORAÇÃO COM OUTREM

Na pós-graduação, as etnografias que mais me chamavam atenção eram aquelas que foram produzidas a partir da relação recíproca de ajuda, na qual a(o) pesquisadora(o) buscava construir uma compreensão sobre seu objeto de estudo, dispondo-se a contribuir com demandas cotidianas das(os) sujeitos com quem trabalhava. Devido à proximidade das temáticas abordadas, o trabalho de Camila Robottom (2018) foi a referência à qual mais me apeguei. Em sua tese, a antropóloga acompanha e dá suporte a uma mulher residente em uma ocupação no Rio de Janeiro/RJ, que dedicava a maior parte do seu dia aos cuidados de sua família. Pesquisas como a dela evidenciaram para mim a viabilidade de elaborações antropológicas a partir da colaboração e não apenas da interlocução, algo que, na época, eu não conseguia identificar exatamente a genealogia, mas notava que era consolidado na corrente de pensamento à qual estava me vinculando.

Minha orientadora me estimulava a investir nesse modelo de produção, inclusive exemplificando-o com suas experiências de campo. Ao ler sua tese, compreendi que ela me falava disso pois teve uma atuação semelhante junto às pessoas com as quais trabalhou (Facundo, 2017). Meu professor na disciplina de seminário de pesquisa, Paulo Victor Leite Lopes, e que também compôs a banca avaliadora da minha qualificação e defesa de dissertação, foi outro entusiasta, assim como Adriana Vianna, convidada externa das minhas bancas no mestrado. Essa professora já havia orientado tanto Angela Facundo quanto Paulo Victor no doutorado, e também constava como uma das avaliadoras da tese de Camila Robottom (2018).

Um dos pontos de afinidade que identifiquei entre nós foi o interesse em fazer antropologia na ação de se abrir a outrem esperando gentilmente que essa pessoa também queira se abrir, viabilizando o acesso às informações com as quais desejamos trabalhar. É essa postura que denomino como “produção antropológica colaborativa”. Aprendi posteriormente — lendo Vianna (2020) — que essa característica presente em nossos trabalhos devia muito a Veena Das, que, em suas pesquisas, defendeu que o papel público da antropologia é “testemunhar a descida ao cotidiano que permite que vítimas e sobreviventes afirmem a possibilidade da vida” (Vianna, 2020, p. 4), devendo, por isso, ser “o corpo do texto antropológico como aquele que recusa cumplicidade com a violência ao se abrir à dor do outro” (Das, 2020a, p. 268 *apud* Vianna, 2020, p. 9).

Acrescentaria que, para termos essa abertura a outrem, necessitamos saber do contexto em que essas pessoas estão inseridas e, com essa noção, avaliar a estratégia mais adequada para viabilizar as interações. Isso evitaria atitudes que, por mais bem-intencionadas, sejam invasivas. Faz parte da ação de estar aberto ser atento ao que é demandado e quais limites estão estabelecidos para manutenção de uma relação agradável.

Em outras palavras, para produzirmos de maneira colaborativa, precisamos de uma sensibilidade contextualizada, inclusive sendo flexíveis para notar que podemos nos enganar quanto ao solicitado ou à cumplicidade que achávamos que tínhamos com nossas(os) colaboradoras(es), além de, às vezes, a relação simplesmente mudar. Tais questões exigem cálculos relacionais complexos. Acredito que, por isso, é frequente que antropólogas(os) interessadas(os) em pesquisas colaborativas demandem a ajuda de alguém com bom tato social no grupo onde elas(es) farão o trabalho. Como se sabe, no meu caso, a principal especialista a quem recorri foi Francisca. Dedicarei o próximo tópico para falar sobre como as habilidades de minha mãe foram instrumentalizadas por mim para produzir antropologia colaborativamente junto a cada uma das mulheres com quem trabalhei.

## APONTAMENTOS DE MINHA MÃE EM CAMPO

Este artigo reúne minhas experiências de campo junto à minha mãe, que me ajudou em diversas etapas do percurso de pesquisa. Ela contribuiu na elaboração dos instrumentos que utilizei com as minhas colaboradoras e dialogou comigo no final dos dias de trabalho de campo sobre o que tínhamos vivido, o que contribuiu para as interpretações e observações que construí em minha pesquisa. Um dos pontos mais significativos oferecidos por minha mãe na elaboração dos instrumentos de campo foi que eu modificasse a pergunta sobre o perfil racial dos filhos das mulheres com as quais eu trabalhei. Essa orientação veio no momento em que estava desenvolvendo um questionário que seria aplicado às mães.

Francisca me alertou para que usasse expressões mais acessíveis para reduzir a possibilidade de constrangimentos com minhas colaboradoras. A preocupação era a de que, caso alguém perguntasse, em campo, se alguém se identificava como negra ou com familiares negras(os), isso ser entendido como racismo, devido ao acúmulo de discriminações que esses sujeitos já sofrem diariamente. Nesse sentido, por mais que no lugar onde eu fazia campo o termo surgisse como alcunha para alguém, poderia soar ofensivo perguntar as mulheres se seus filhos e suas filhas eram negros(as). Para superar essa polêmica, minha mãe pediu que eu usasse os meus marcadores fenotípicos como referência, já que, assim, as pessoas com quem estivéssemos dialogando poderiam estabelecer uma comparação com minha cor de pele, o que poderia me dar uma noção sobre suas racialidades. O esperado era ouvir das mães expressões como “igual a você”, “mais clarinho que você” ou “mais escurinho”. Foi nesse diálogo que estabelecemos que a pergunta que seria feita no questionário era: essas pessoas têm a cor parecida com a minha?

Eu tinha o acúmulo teórico para entender a complexidade da identificação racial no Brasil, visto que autoras(es) como Kabengele Munanga (2003), Abdias Nascimento (2016), Florestan Fernandes (1979), Jessé Souza (2017), Lélia González (1984), Lilia Schwarcz (2012)

e Giralda Seyferth (1996; 2002) já argumentavam que ocorreu um processo de branqueamento no país com o intuito de fazer as pessoas não se identificarem como negras. A ideia propagada era a de que o sucesso nacional dependia da eliminação das raças não-brancas, por isso, as(os) brasileiras(os) foram estimuladas(os) a construir famílias brancas, ou seja, estimulados a clarear sua prole com o objetivo de atingir o triunfo pessoal e, conseqüentemente, o da nação. Por essa razão, poderia ser ultrajante questionar alguém que possivelmente não refletiu sobre o branqueamento quanto à negritude ou não de seus filhos. Mesmo sendo uma questão central em minha pesquisa, eu tinha que encontrar maneiras adequadas de conseguir acessar essa informação. O apontamento de Francisca não só viabilizou a maneira apropriada de realizar a pergunta, mas também permitiu que eu situasse meu corpo em campo, apresentando a proximidade das minhas características físicas com as dos filhos das minhas colaboradoras, conduzindo-me para uma maior abertura intersubjetiva com elas.

Em campo, nos deparamos com pessoas que estavam em diferentes estados psicoemocionais, o que nos demandou diferentes abordagens. Na maior parte dos momentos Francisca protagonizou a reflexão sobre qual deveria ser a “calibragem” para o contato. Ela era minuciosa não só com as expressões orais e corporais das mulheres, mas também com os elementos que compunham o cenário de suas residências. Lurdes<sup>9</sup> foi a colaboradora que mais demonstrou estar angustiada ao falar sobre a morte de seu tutelado durante nossos primeiros contatos. Ela chorava ao lembrar do assassinato do irmão adotivo que criara como filho mais velho. Lurdes constantemente conversava conosco com o rosto baixo e o olhar concentrado em sua aliança, acessório que ficava mexendo com o auxílio de sua outra mão.

Nos poucos momentos em que Lurdes levantava a cabeça, quase sempre olhava para minha mãe e não para mim. Em uma dessas vezes, Lurdes proferiu a frase: “irmã, você é mãe, sabe como dói, eu lembro que quando mataram o filho daquela irmã lá da rua da frente, eu agarrava ela e chorava a tarde quase inteira”. Aquela afirmação parecia confiar na existência de uma “essência” da maternidade que conseguiria produzir empatia entre as mães, pois legitimava a dor sentida, apontando que qualquer mãe deveria saber e sentir a intensidade do que outra mãe sentia ao perder um filho. Em meu trabalho de campo (Tavares, 2021), pontuei que entendia essa convicção próxima ao idealismo “marianista”.

---

<sup>9</sup> Lurdes era, na época da pesquisa, uma mulher de 40 anos. Não a questionei sobre como se autodeclarava racialmente, todavia, observei que ela tinha pele marrom clara, lábios grossos, nariz largo, cabelos longos e lisos, corpo gordo e com uma altura por volta de 1m60cm. Nos primeiros contatos que tivemos, ela se dedicava integralmente às atividades domésticas e ao cuidado da família, ficando os gastos financeiros a cargo do companheiro, que trabalhava como pedreiro. Porém, nas últimas interações que ocorreram entre nós, ela estava vendendo produtos de higiene pessoal em sua residência para aumentar o orçamento da família. Ela afirmava ser evangélica, mas estava distante das atividades da igreja.



Para Sonia Montecino (2017), esse idealismo foi um artifício colonial elaborado para conformar papéis de gênero nas sociedades latino-americanas. Por meio dele, a maternidade foi vista como uma condição feminina, fundamentada no cuidado irrestrito aos filhos e no sofrimento, caso algo acontecesse a eles. Além disso, fazendo menção a alguém da vizinhança que também teve um tutelado morto, Lurdes evocou que os riscos da violência urbana poderiam deixar outras mulheres em uma situação como a dela, inclusive minha mãe. A frase e a maneira de vivenciar o território contribuíram para que minha mãe e Lurdes, naquele momento, sintonizassem uma frequência de desconforto psicoemocional que aparentava ser diferente do que eu tinha experienciado. Nesse sentido, entendi que o olhar de uma para outra fazia mais sentido do que olhar para mim, pois elas estavam conectadas por uma vivência singular de maternagem.

Meses depois, ao retornarmos à casa de Lurdes, Francisca percebeu que ela tinha transformado a área de entrada da casa, lugar onde nos recebia, em um espaço para a comercialização de produtos de higiene pessoal, instalando prateleiras onde expunha algumas colônias. Minha mãe me pediu para comprar um dos artigos; não compreendi o motivo naquele momento, visto que não estávamos precisando daquela mercadoria e sabíamos de outro lugar perto da nossa residência, onde o mesmo item era vendido por um preço mais barato. Porém, por meio de uma troca de olhares, percebi que havia um propósito que posteriormente me seria revelado, então comprei. No caminho de volta para casa, Francisca me lembrou que, nos nossos primeiros contatos, Lurdes não falava sobre projetos e sempre dava a entender que estava insegura quanto à continuidade das atividades que exercia, o que nos deixava preocupados com a sua saúde mental. Por essa razão, quando mãe viu que ela havia organizado um espaço de vendas em casa, percebeu que aquilo poderia ser sinal de melhora. Assim, em sua lógica, comprar a colônia daquela colaboradora era uma maneira de “estimular” esse possível processo de cura.

Esse tipo de conexão estabelecida entre Francisca e Lurdes foi semelhante a que houve entre ela e as demais mulheres que colaboraram com a pesquisa. Esse elo tinha como traço marcante o compartilhamento da dor por conta da vivência de situações degradantes no exercício da maternagem no território em que realizei trabalho de campo. Acredito, desse modo, que o conceito de “dororidade” proposto por Vilma Piedade (2017) caberia bem ao vínculo que as uniu. Entretanto, cabe destacar que durante o trabalho de campo (Tavares, 2021), também observei que a “dororidade” podia ser aplicada à ligação de Francisca com uma colaboradora, Diana<sup>10</sup>, que passava por uma situação penosa decorrente de sua

---

<sup>10</sup> Diana tinha 42 anos no momento em que se desenvolveu essa pesquisa. Não a questioneei sobre como se autodeclarava racialmente, entretanto, identifiquei que ela possuía pele marrom clara, cabelos lisos, nariz largo, que media por volta de 1m70cm e tinha um corpo magro. Diana trabalhava como diarista e garçonete. Afirmou seguir seu credo em Deus sem ir a igrejas, pois sentia-se desconfortável nesses espaços.

rotulação como “abjeta”, pois seus comportamentos eram julgados pelas pessoas de nossa região como “desviantes” (Becker, 2008, p. 30)<sup>11</sup>.

No período em que fiz campo, Diana morava sozinha com o filho mais novo. Quando conversamos, o seu filho mais velho tinha sido assassinado há cerca de um ano. Após a morte, Diana passou por uma terapia medicamentosa que tirou a possibilidade de que reagisse a determinadas situações, relatando, inclusive, que quase havia sido atropelada por estar “andando e dormir no meio da rua”. Ao observar os riscos desse tratamento, ela deixou de confiar nos serviços de saúde mental do município, inclusive no que diz respeito ao atendimento psicológico. Segundo ela, apesar das(os) profissionais de psicologia não serem habilitadas(os) a receitar medicações, “o psicólogo passa para o psiquiatra e ele me entope de remédios”. Para lidar com os desconfortos emocionais, Diana nos informou que, ao fim do dia, bebia, assistia desenhos animados e chorava até dormir. Ao falar sobre o “ciclo de medicalização da pobreza”, Gabriel Feltran (2008, p. 160) argumenta que isso é recorrente nas camadas populares. Porém, como pude observar no caso de Diana, ela pareceu ter compreensão desse processo, julgando-o como desinteressante para sua vida e ousando autogestionar o seu sofrimento. No entanto, sua escolha trouxe também severas críticas das outras pessoas de nossa comunidade. Para ela, tais opiniões eram derivadas principalmente de “fofocas dos crentes”, pois a viam “quase todo dia com uma latinha de cana” na mão.

Quando Diana proferiu esse relato, Francisca a apoiou afirmando que “te julgam [as(os) evangélicas(os)] porque não sabem o que você passa”. Percebi na frase uma demonstração de profunda empatia, pois minha mãe estava se contrapondo a uma atitude das(os) “irmãs(ãos) de fé” para se solidarizar com as angústias que levaram Diana a uma prática cotidiana que, sob outras circunstâncias, Francisca também repudiaria. Isso, ao meu ver, mostrava como a “dororidade” (Piedade, 2017) as conectava.

Em nossos diálogos, Diana me chocava com sua cruza para lidar com as precariedades que identificava e a insuficiência das resoluções estatais que supostamente existiam para ela. Diana falava daquilo que a desagradava de forma direta e cobrava assertivamente o que desejava, muitas vezes, demandando apenas respeito pelo que havia definido como mais satisfatório para sobreviver a determinada situação. Em nossa vizinhança, ouvia recorrentemente que o jeito dela se comunicar era “grosseiro”, inclusive minha mãe chegou a me pedir paciência para lidar com possíveis respostas ríspidas que ela poderia dar em campo.

Nenhuma das interações com Diana me fez sentir ofendido. No entanto, houve uma conversa em que tive dificuldade de ficar fisicamente estável enquanto ela falava conosco.

---

<sup>11</sup> Em seu livro “*Outsiders*”, Howard Becker (2008) aponta que “o desvio é criado pelas reações de pessoas a tipos particulares de comportamento, pela rotulação desse comportamento como desviante” (Becker, 2008, p. 30).

Isso ocorreu quando Diana me contou sobre as dificuldades de continuar lidando com as atividades rotineiras, laborais e domésticas, apesar dos sofrimentos que carregava. Ela relatou aquilo me olhando nos olhos, com uma postura que projetava a cabeça em direção a mim. Eu estava com o olhar fixo nela há algum tempo e a escutava como se só houvesse nós dois naquela sala. Diana falou da tristeza em ter perdido o filho, trabalhar em dois empregos, organizar sua casa, não ter ajuda de nenhum familiar (inclusive do filho que morava com ela) e ser apontada como “louca” pela vizinhança. Tudo isso foi dito com a voz rouca, uma característica dela, e uma seriedade que parecia ser de alguém que entendeu que não tem opção além de continuar, mesmo que as coisas sejam difíceis. Estar tão concentrado em sua performance fez com que minha visão periférica começasse a escurecer. Eu fui centrando o foco da minha vista cada vez mais no rosto de Diana, até que ela falou: “você sabe como isso dói?” e deu um goto seco, ficando calada depois. Eu não sabia o que responder e comecei a sentir que meu corpo estava desfalecendo, perdendo as forças. Nesse momento, minha mãe falou: “tenho uma garrafa de café que posso te dar”. Isso me fez ter tempo para respirar até que meus sentidos fossem reestabelecidos.

Minha mãe havia falado dessa garrafa de café porque, ao chegarmos à casa de Diana, ela informou que não podia nos oferecer a bebida, pois estava sem um recipiente para armazená-la. Na volta para casa, perguntei a Francisca qual era a razão dela ter interrompido minha conversa com Diana para falar de algo tão aleatório. Ela, então, falou-me que percebeu que eu “estava mudando de cor” e deduziu que eu poderia desmaiar, visto que “o assunto tava pesado demais”. Por mais que, na maior parte daquela interação, eu nem estivesse tão atento a presença dela em campo, minha mãe não parou de atuar, já que, mesmo em silêncio, estava acompanhando o meu diálogo com Diana e estava atenta às minhas reações. Nesse sentido, por “estar lá”, presente, decidi intervir quando compreendeu que eu poderia estar no meu limite psíquico e físico.

Por outras motivações e de maneira diferente, Francisca me auxiliou de forma semelhante a desenvolver limites em campo com Dona Dores<sup>12</sup>, uma colaboradora que me demandava frequentemente ajudas para resolver suas muitas limitações socioeconômicas. Em nossos primeiros contatos, Dona Dores morava com uma neta e o companheiro que estava com câncer de próstata em estágio terminal, porém, ela tinha contatos diários com um filho que morava em uma casa conjugada com a sua, a esposa dele e sua neta. Além disso, quando alguma de suas filhas enfrentava problemas financeiros ou matrimoniais, costumava passar uma temporada em sua residência junto com às(aos) netas(os), o que ocorreu algumas vezes quando estávamos em campo.

---

<sup>12</sup> Dona Dores tinha 57 anos no período em que a pesquisa foi produzida. Não a questionei sobre como se autodeclarava racialmente, todavia, observei que possuía pele branca, cabelo ondulado e nariz afilado. Ela era católica e se dedicava integralmente aos cuidados com os familiares.

Duarte e Gomes (2008) mostram em seu trabalho como em bairros populares a casa do casal originário de um núcleo familiar é o espaço onde os membros de uma parentela buscam a coesão necessária para manter seus vínculos como grupo. Para minha dissertação (Tavares, 2021), essa reflexão foi importante, pois isso me parecia coerente com o que ocorria na casa de Dona Dores. Todavia, segundo os relatos da própria Dona Dores, a presença das(os) filhas(os) não significava uma contribuição nas demandas rotineiras da casa e da família, pelo contrário. O que acontecia era que Dona Dores acabava se desdobrando para arcar com os custos financeiros e os cuidados que essas(es) familiares traziam consigo.

Essa situação fazia com que Dona Dores ficasse por longos períodos em sua calçada, conversando com quem passava sobre seus sofrimentos e demandando qualquer tipo de ajuda. Eu e Francisca fomos duas dessas pessoas. Nas primeiras interações, achei que, ao dar suporte a algum dos pedidos de Dona Dores, ela ponderaria antes da próxima solicitação, pois estava habituado a essa relação com minhas demais colaboradoras. Entretanto, sempre que me encontrava, Dona Dores solicitava mais coisas após conseguirmos alguma alternativa para o pedido anterior. Desse modo, envolvi-me em uma teia de favores com a qual eu não sabia exatamente como lidar, visto que, quando dizia para ela que não podia fazer algo, ela parecia aceitar, mas demandava outra coisa. Nos contatos seguintes, Dona Dores novamente pedia algo que eu já tinha falado anteriormente que não teria como arranjar, aparentando ter esquecido de minha recusa.

Principalmente por influência de Francisca, desenvolvi uma ética de respeito à coletividade que me impulsiona a sentir que sou responsável em ajudar quando sei do sofrimento de outrem e tenho condições de oferecer algum suporte, pois, se não faço isso, sou parte do problema. Minha dificuldade em estabelecer limites com Dona Dores era devido a maioria das coisas que ela me solicitava serem possíveis de realizar, mas o volume das demandas estava tão alto que estava me exaurindo. Esse dilema ético foi superado pela orientação de Francisca para eu “não dá corda”, já que ela achava um exagero o “pede, pede” de Dona Dores. Isso me estimulou a evitar passar na rua daquela colaboradora e, mesmo que a escutasse educadamente quando nos encontrássemos, tentar a dar suporte mais pontualmente, não seguindo sua lista de demandas. Provavelmente, minha mãe desinstalou com facilidade esse gatilho em mim porque foi ela quem ativou.

Mesmo com esse pedido de restrição às requisições de Dona Dores, Francisca não deixou de ajudá-la e me indicava em qual momento essa ajuda era indispensável. Foi o caso de quando ocorreu nossa última entrevista com ela, ocasião em que Dona Dores falou muito sucintamente sobre as questões que envolviam os temas da pesquisa. Nesse dia, ela concentrou a conversa sobre suas atuais dificuldades para ter segurança alimentar. Em minha dissertação (Tavares, 2021), entendi que aquilo se explicava porque “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (Pollak, 1992, p. 4), logo,

se a fome era o que a afligia naquele dia, não fazia sentido falar sobre qualquer outra coisa do passado, presente ou futuro. Em campo naquele dia, apenas escutamos o que ela tinha a dizer. Ao final do encontro, minha mãe convidou-me para coletarmos alguns alimentos na vizinhança para entregarmos a Dona Dores.

Mesmo considerando que Francisca foi razoável na maior parte das atividades de campo, como qualquer pessoa que realiza esse tipo de trabalho, nem sempre avaliei que ela estava conseguindo esse feito. Até agora, relatei apenas os momentos mais notáveis dela, mas seria uma romantização da atuação de minha mãe nesse processo se eu não mencionasse que também houve atitudes com as quais discordei. Alhures (Tavares, 2021), nossas tensões estão mais bem descritas. Devido aos limites deste texto, trarei apenas a que considere mais significativa: a pressão que ela exerceu sobre uma colaboradora (Neguinha) em nosso primeiro contato, para centrar a conversa nos temas da pesquisa.

Neguinha costumava ser simétrica tanto nos cuidados quanto na exposição sobre a maternagem dos dois filhos e quatro filhas. Por conta disso, em nossos encontros, ela nos dava informações sobre cada um na mesma quantidade. Ao falar do filho assassinado, ela costumava chorar. Em nosso primeiro contato, Francisca tentou manter Neguinha nos assuntos que envolviam a morte do seu familiar, fazendo perguntas que alongavam a exposição dela. Entretanto, isso também aumentava o tempo que Neguinha chorava. Observar essa situação levou-me a tocar o braço de minha mãe e, quando ela olhou para mim, movimente a cabeça levemente de um lado para o outro, fazendo o sinal de negação. O gesto fez com que ela parasse com os questionamentos.

Quando saímos da casa de Neguinha, Francisca me questionou do porquê tinha interrompido suas perguntas, já que ela estava conseguindo acessar mais informações mantendo a conversa na suposta direção da pesquisa. Além de lembrá-la da ética com a qual escolhi trabalhar em campo para não aprofundar possíveis sofrimentos que as mulheres poderiam ter, também falei que, na antropologia, há acúmulos que me convenceram que fazer observação participante é muito mais sobre afinar os sentidos para vivenciar as relações do que produzir artificialmente a afetação que se deseja, permitindo se descobrir em campo no momento que estranha o que a gente tinha naturalizado no cotidiano e assim compreender as coisas necessárias para que aquele cenário social se desenvolva da maneira que está se efetivando. Elaborei essa percepção combinando as leituras de Velho (1978; 2003) e Favret-Saada (2005), pois eu tinha uma formação que me permitia essa reflexão, mas minha mãe não. Porém, depois daquele diálogo, ela passou a ter, visto que mudou sua postura em campo para lidar com situações como a de Neguinha, como foi o caso de Dona Dores, de quem falei anteriormente.

Os conhecimentos de Francisca, mesmo que antes de iniciar o campo não fossem tão próximos da formação acadêmica em antropologia, nunca foram tratados como

menores, apenas como diferentes e adequados a dinâmica social das relações cotidianas que ela vivenciava. Assinalo isso porque as leituras de Paulo Freire (1974) e Boaventura de Sousa Santos (2007) já haviam me orientado sobre a importância de pôr em diálogo saberes distintos, pois, assim, seria viável a construção de conhecimentos satisfatórios tanto para acadêmicas(os) quanto para as comunidades onde elas(es) realizaram suas pesquisas. Além disso, como bem ensinou Nilma Lino Gomes (2018) ao estudar o papel educativo do movimento negro na sociedade brasileira, sujeitos e movimentos sociais, ao tencionarem os problemas impostos pela desigualdade a qual são submetidos, também elaboram formas de pensar o mundo, trazendo contribuições para superação daquilo que os aflige.

Até este ponto, discuti como a vivência de Francisca como mulher que materna jovens negros em nossa região foi primordial para “dosar” o contato com nossas colaboradoras. No entanto, ela também foi fundamental como fonte de soluções para os entraves que aquelas mulheres nos relatavam em campo, pois, enquanto eu conseguia visualizar alternativas principalmente por meio da minha perspectiva como funcionário de Estado (tanto por ser um pesquisador em formação em uma universidade pública, quanto por, naquele período, também atuar como orientador social na Secretaria de Assistência Social da capital do Rio Grande do Norte), a experiência dela, por outro lado, estava muito mais relacionada à busca por benefícios e serviços públicos. Esse foi o caso do contato que tivemos com Jaciele<sup>13</sup>.

Na primeira vez em que fomos à casa de Jaciele, nos deparamos com uma situação de moradia precária, pois sua residência era um espaço improvisado pelo pai para acolher provisoriamente ela, seus dois filhos e o companheiro. Por conta disso, a casa era pequena e próxima de uma fossa séptica que, naquele momento, estava transbordando. O domicílio também era em uma rua com problemas de drenagem, o que o fazia ficar perto de grandes poças de lama. O pai de Jaciele tinha feito aquele favor porque ela e o companheiro não conseguiam arcar com os custos de subsistência da família. Durante esse primeiro contato, também percebemos que a luz da casa estava cortada. Assim, morar sem pagar aluguel seria uma forma de reduzir despesas para que pudessem se reorganizar financeiramente. Jaciele e o esposo eram vendedores de guloseimas: ela, em uma parada de ônibus, e ele, nos transportes públicos. Os rendimentos tinham diminuído drasticamente devido às medidas de controle de circulação que haviam sido implementadas em 2020 (ano em que fiz campo) para frear as contaminações durante a pandemia da covid-19. Grande parte dos recursos do casal

---

<sup>13</sup> No período em que a pesquisa foi produzida, Jaciele tinha 28 anos. Em nenhum momento perguntei como ela se autodeclarava racialmente, mas observei que possuía pele marrom clara, cabelos ondulados e nariz levemente alargado. Tinha o cristianismo protestante como religião e era vendedora de guloseimas, pipocas e lanches em uma parada de ônibus na capital, porém, até o momento em que mantinha contato com ela, Jaciele buscava um emprego que a garantisse direitos trabalhistas.

eram destinados à medicação do filho mais velho que, nas palavras de Jaciele, “tem uma banda morta e sangra”.

Ao saber daquelas informações, comuniquei Jaciele dos serviços e benefícios públicos que sabia que a família dela poderia acessar via política de assistência social, descrevendo também o caminho burocrático das solicitações. Todavia, após identificar alguns entraves, ela nos procurou novamente. Ao ouvir os relatos, a única resposta que consegui a dar era que ela precisaria judicializar a causa. Essa solução só viria depois de processos mais demorados, o que a deixou visivelmente desagradada. Francisca, percebendo a insuficiência da minha contribuição, começou a falar de pessoas específicas em cada instituição onde Jaciele poderia conseguir certa “desburocratização” de suas demandas. Ao observar isso, perguntei o cargo das pessoas das quais minha mãe estava falando. Minha mãe enfatizou que isso pouco importava, pois o relevante era saber quem estaria, de fato, disposta(o) a resolver a situação. Parecia coerente para mim, porém era frustrante, visto que, enquanto eu dava informações sobre serviços/benefícios públicos, falando nomes de órgãos e funções, minha mãe apontava pessoas. Com isso, ela estava me mostrando na prática que o “sabe com quem tá falando?” (DaMatta, 1997)<sup>14</sup> era o que fazia os direitos sociais funcionarem em nosso contexto e que eu era ingênuo por tentar seguir as regras. Poucos meses depois daquela conversa, Jaciele havia conseguido uma residência em um programa habitacional público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mostrou Bruno Latour (2001) ao estudar a produção social da descoberta dos micróbios por Pasteur, qualquer produto científico é fruto de um conjunto de interesses. A isso, acrescento que os interesses que estão a serviço do bem-estar coletivo é que podem ser considerados científicos, pois minha interpretação como cientista é que qualquer outra ambição que fuja desse ideal não gera ciência, mas sim farsa. Nesse sentido, defendo que os nossos estudos precisam ser úteis as pessoas e não a autopromoção, ao lucro ou como base de apoio coleguista, mesmo sabendo que, às vezes, alguma dessas coisas, ou todas elas, também podem ser vinculadas a produções que não têm como foco as capturar.

Começo as considerações finais deste artigo com essa interpretação, pois é ela que me leva a considerar a produção antropológica colaborativa como um meio razoável de se fazer ciência em minha área de estudo. Como foi falado ao longo do texto, essa ideia foi o que me levou até a reflexão de que fazer campo junto a minha mãe seria uma possibilidade interessante para executar a pesquisa de mestrado. Como se viu, nos recortes de minhas

---

<sup>14</sup> Roberto DaMatta naquele ensaio sustenta que, no Brasil, a personalidade do “sabe com quem tá falando?” é uma forma de burlar regras universalizantes e assegurar privilégios para alguns/algumas e impossibilidade de acesso a direitos para outros/outras.

interações com minhas colaboradoras, Francisca foi fundamental para que me aproximasse das mulheres com quem trabalhei, entendesse suas demandas, estabelecesse limites confortáveis entre nós e oferecesse a melhor opção de suporte para o que elas solicitavam.

Ao trazer essas informações, a(o) leitora(or) pode pensar que o período de mestrado foi a primeira vez na qual minha mãe contribuiu com minha formação acadêmica. Entretanto, aquela era só a experiência mais constante dela dando aporte nessa dimensão de minha vida. Francisca, como a maioria das cuidadoras pobres de nossa região, sempre foi muito presente na minha educação escolar e acredito que, naquele período, tive o momento que determinou minha ida para universidade, algo que, até então, era inatingível para minha família (sou da primeira geração de pessoas que acessaram o ensino superior). Ela era a responsável por oferecer suporte a mim e meus irmãos nas atividades escolares passadas para serem feitas em casa. Comigo, ela teve possibilidade de realizar essa função sem grandes dificuldades até o último ano do ensino fundamental I (5º ano), visto que a formação dela a permitiu lembrar dos conteúdos até essa etapa.

O primeiro sofrimento mental que recordo que tive relacionado a um processo educacional, foi quando cursava o ensino fundamental I, pois precisava responder a uma tarefa de matemática e minha mãe não sabia como ajudar, o que me levou a acordar delirando durante a noite. Observando a gravidade daquilo, Francisca me colocou em sua bicicleta e me levou até a casa de uma vizinha (que ela considerava como uma irmã<sup>15</sup>) que tinha retomado os estudos recentemente, cursando, na época, uma série mais avançada que a minha. Ela me ensinou a solucionar uma das operações e consegui responder as demais. Ao entregar o trabalho, a professora pediu para que respondesse no quadro, de frente para toda turma, já que nenhum de minhas/meus colegas haviam conseguido. Quando viu a minha desenvoltura, a professora ficou excepcionalmente feliz. Aquilo me deixou com um orgulho sem precedentes. Dali em diante, adquiri gosto em me desafiar nas atividades escolares. Até hoje, apesar de existirem momentos de frustração e desânimo, na maior parte do tempo sigo com esse entusiasmo. Sei que nele há muito da força que me impulsionou a chegar até o doutorado, o meu atual estágio de formação.

Espero que, ao ler o parágrafo acima, as(os) leitoras(es) tenham imaginado as influências, apoios e esforços que tiveram em seus círculos de convivência mais íntimos

---

<sup>15</sup> Na dissertação, refleti que isso ocorria porque os laços sanguíneos, matrimoniais, religiosos e/ou de afinidade fazem Francisca considerar muitas(os) vizinhas(os), familiares ou “quase da família”. Noto que é principalmente a decisão por ajudar ou receber ajuda de alguém em um momento crítico que estabelece a fronteira decisiva para Francisca incluir ou excluir uma pessoa em sua parentela, todavia, existe uma ideia de essência e artificialidade que timbra essas relações, pois são os vínculos consanguíneos o elemento que estabelece uma espécie de originalidade a quem pode ser considerado por ela parente ou não. Cabe pontuar que a percepção de parentesco que entendo que existia no meu campo se aproxima da compreensão de Sahlins (2013) de “mutualidade do ser” (tradução nossa) na qual “os parentes são pessoas que participam intensamente da existência um do outro” (Sahlins, 2013, n.p, tradução nossa).



(como a família, amigades e vizinhança) para se tornarem os profissionais que são hoje. Acredito que a nossa formação tem essas múltiplas referências, apesar de sermos escolarizados para associar todas elas a apenas pessoas e lugares socialmente determinados como “científicos”. Enquanto escrevia esse artigo, parei algumas vezes para ajudar Francisca com suas lições de casa, exercícios passados por suas(seus) professoras(es) do penúltimo ano do ensino médio. Depois que finalizamos a pesquisa de campo, ela se interessou em retomar a educação escolar. Um dos resultados do nosso trabalho no mestrado foi a dissertação (Tavares, 2021), mas tudo o que conseguimos construir por meio de uma relação colaborativa, inclusive o estímulo para que minha mãe voltasse à escola, foi igualmente significativo. Ao trazer este texto, espero ter contribuído para um modelo de produção antropológica que valorize o que a(o) antropóloga(o) pode fazer ao se relacionar com aquelas(es) que colaboram para a realização de seu estudo.

## REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. **Revista Equatorial**, v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018.
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. //: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: EDURJ, 2002. p. 17–62.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016.
- DAMATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. //: DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 179–248.
- DUARTE, Luiz.; GOMES, Edlaine. **Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- DAMÁSIO, ANA CLARA SOUSA. Olho de Parente e o Olho Estranho. Considerações etnográficas sobre Viver, Olhar, Ouvir, Escrever e Permanecer. **Novos Debates**, v. 7, p. 1, 2021a. <https://doi.org/10.48006/2358-0097-7103>
- DAMÁSIO, ANA CLARA. Etnografia em Casa: entre parentes e aproximações. **Pós-Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, p. 1–32, 2021b.
- FACUNDO, Angela. **Êxodos, Refúgios e Exílios: Colombianos no Sul e Sudeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Campinas: IFCH/Unicamp, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Petrópolis: Vozes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2018.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223–244, 1984.

LATOUR, Bruno. Da fabricação à realidade: pasteur e seu fermento de ácido láctico” e “A historicidade das coisas: por onde andavam os micróbios antes de pasteur? //: LATOUR, Bruno. **A esperança de pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001. p. 133–200.

MONTECINO, Sonia. **Madres y huachos**: alegorías del mestizaje chileno. Santiago del Chile: Catalonia, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. //: Palestra proferida no **3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação**. Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

RODRIGUES, RAFAELA. **Da vida-memórias de minha mãe**: contranarrativas autodefinidas de trabalhadoras domésticas racializadas do Dona Sinhaninha, Oliveira-MG. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

ROBOTTOM, Camila. **Tempos que duram, lutas que não acabam**: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, v. 3, n. 79, p. 71–94, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias e o papel do racismo na política de imigração e colonização. //: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 41–58.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. //: SEYFERTH, Giralda *et al.* **Racismo no Brasil**. São Paulo: Abong, 2002. p. 17–43.

SAHLINS, Marshall. **What kinship is: and is not**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

SCHWARCZ, Lilia. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. São Paulo: Leya, 2017.

TAVARES, José Rolfran de Souza. **Território, maternagem e extermínio da juventude negra**: uma etnografia nas periferias ao oeste de Parnamirim/RN. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. //: NUNES, Edson de Oliveira (Org.) **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. p. 36–46.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. //: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 11–19.

VIANNA, Adriana. Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das. **Mana**, v. 26, n. 3, p. 1–20, 2020.

Recebido em 31 de janeiro de 2024.  
Aprovado em 3 de setembro de 2024.